	Ata de Reunião	Código:
		FOR-DIGES-004-04 (V.00)

COMITÊ DE GOVERNANÇA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - ADA		
Dia: 06/03/2026	Horário: 13h	Local: plataforma Google Meet

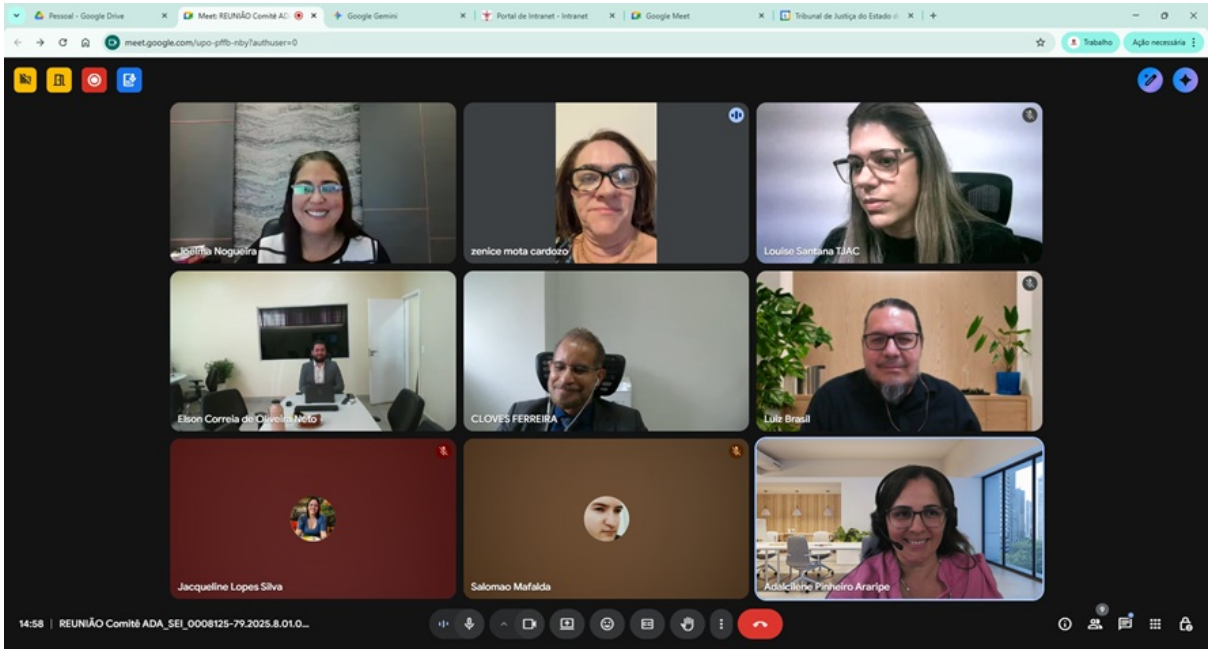
Pauta: Validação de novas funcionalidades da solução de inteligência artificial

Link da gravação: https://drive.google.com/file/d/17Myj4CVtz58UCJqEc3Okg4p68Mw1MCT1/view?usp=sharing

Participantes

1. Drª Zenice Mota Cardozo (Coordenadora)
2. Drª Joelma Nogueira
3. Dr. Cloves Ferreira
4. Dr.ª Louise Santana
5. Elson Oliveira (SETIC)
6. Luiz Brasil (SETIC)
7. Salomão Mafalda (SETIC)
8. Adalcilene Pinheiro Araripe (GAPRE)

Print de imagem da tela de reunião



DESENVOLVIMENTO

ABERTURA: Aos 6 dias do mês de março do ano de 2025, a Assessora da Presidência, Adalcilene Pinheiro Araripe, deu início à gravação na plataforma do Google Meet da **Reunião Virtual do Comitê de Inteligência Artificial ADA, a qual foi presidida pela Juíza Auxiliar da Presidência, Doutora Zenice Mota Cardozo e Coordenadora do Comitê.** A reunião contou com a presença das pessoas abaixo nominadas, com o objetivo de tratar da seguinte **PAUTA:** validação de novas funcionalidades da solução de inteligência artificial

Resumo da reunião

A reunião de governança de inteligência artificial debateu o rápido aumento da demanda pelos produtos da ADA, apresentando novos cards para análise de busca e apreensão e de prova cível e criminal, e aprovando todos os projetos para o fluxo de trabalho.

Aprovação de Cards Criminais e Cíveis

Novos cards de busca e apreensão criminal e análise de prova cível/criminal (depoimentos) foram apresentados, focando em fornecer opções de deferimento/indeferimento e uma análise comparativa de convergências/divergências para reforçar o peso probatório.

Ajustes e Aprovação de Cards Previdenciários

Cards de análise de apelação foram ajustados para incluir Relatório e Voto, adotando estilos personalizados para desembargadores diferentes, enquanto o card de análise de petições previdenciárias foi aprovado devido ao seu sucesso na identificação de prova material.

Integração e Segurança de Dados Ada

Foi discutida a integração da ADA com o sistema Eproc via API, sendo a principal preocupação a segurança e a necessidade de anonimização obrigatória para processos com sigilo 3, 4 e 5.

Detalhes da gravação

Abertura e Quórum: A reunião do comitê de governança da inteligência artificial foi aberta em 6 de março de 2026, com quórum suficiente para iniciar (00:00:00). A Juíza Auxiliar da Presidência e Coordenadora do comitê, Dra. Zenice Cardoso, conduziria a reunião, que estava sendo gravada (00:00:52).

Intensidade da Demanda e Próximo Afastamento: Dra. Zenice Cardoso pediu desculpas por convocar a reunião de última hora, mencionando que a demanda pelos produtos da ADA está "cada dia mais intensa" (00:00:52). O aumento da demanda e o iminente afastamento da Dra. Joelma Nogueira motivaram a aceleração para que o comitê pudesse deliberar sobre os produtos o mais rápido possível (00:01:47).

Cards de Busca e Apreensão (Criminal): Dra. Joelma Nogueira apresentou os cards que seriam discutidos, iniciando pelo card de busca e apreensão criminal de primeiro grau (00:03:05). Foi enfatizado que todos os novos cards foram desenvolvidos para oferecer opções de deferimento e indeferimento, evitando vieses e deixando a decisão final para o magistrado ou assessor (00:04:25).

Análise de Busca e Apreensão com Gemini: O modelo Gemini, embora mais lento, está sendo usado para processar os pedidos (00:04:25). O resultado da análise inclui a classificação da medida, requisitos, proporcionalidade e pontos de atenção, sugerindo se o caso (como um de Maria da Penha) tem o conjunto probatório para o deferimento (00:05:49). A separação das opções de deferimento e indeferimento facilita o trabalho, pois direciona a fundamentação dentro do prompt (00:06:57).

Análise da Prova Cível (Primeiro Grau): Dra. Joelma Nogueira introduziu o card de Análise Processual Intermediária (Saneamento e Análise Aprofundada) para a área cível, especificamente para auxiliar o magistrado na análise da prova antes da sentença. O card permite que o usuário insira depoimentos (em Word, por exemplo) para análise, o que é útil em casos complexos de família como guarda ou divórcio, onde pode haver múltiplas audiências e muitos detalhes (00:09:17).

Resultados da Análise de Prova Cível: A ADA fornece uma contextualização processual, análise individual dos depoimentos e, crucialmente, uma análise comparativa das convergências e divergências (00:12:46). Essa análise detalhada, que inclui um quadro sinótico das divergências e convergências no resultado final, ajuda o assessor a ter uma ideia do que foi dito e a tomar decisões (00:13:50). Dr. Cloves Ferreira considerou a análise comparativa de pontos convergentes e divergentes um grande reforço para avaliar o peso probatório (00:14:41).

Análise da Prova Criminal (Depoimentos Policiais e Judiciais): Foi apresentado um card semelhante para a área criminal, que lida com depoimentos policiais e judiciais, o que é uma área de grande dificuldade na elaboração de sentenças (00:14:41). O processo envolve a alimentação dos depoimentos do Inquérito Policial (IPL) e da instrução judicial, focando apenas no que é relevante, para que a ADA possa analisar e comparar as declarações (00:15:53).

Discussão sobre Transcrição e Inovação: Dr. Cloves Ferreira perguntou sobre a documentação da prova oral, e Dra. Joelma Nogueira explicou que utiliza o programa Tictac para a transcrição em tempo real das audiências, que é então exportada como um arquivo TXT para análise da ADA (00:17:54). Foi mencionada a ideia de utilizar o áudio diretamente para que a ADA faça a transcrição, organização e análise da prova, eliminando a necessidade do Tictac, algo que seria discutido com Salomão (00:21:16).

Análise Jurídica da Apelação (Relatório e Voto): O comitê discutiu a evolução dos cards de análise de apelação, que passaram a incluir Relatório e Voto, baseados no feedback da equipe de segundo grau (00:23:15). Foram desenvolvidos modelos específicos para desembargadores diferentes (como Valdirene, Roberto e Camolez) para seguir os estilos individuais, ajustando o prompt para atender às preferências de cada um (como o desembargador Camolez, que prefere algo "extremamente objetivo e sucinto") (00:24:12).

Feedback sobre Estilos de Voto: Dr. Cloves Ferrreira relatou ter testado o Gemini solicitando a elaboração de textos com base em seus trabalhos acadêmicos para que a ADA imitasse seu estilo, confirmando que a inteligência artificial consegue passar a mesma mensagem com estilos diferentes (00:27:19). Dra. Joelma Nogueira afirmou que a estratégia de utilizar o estilo de cada desembargador no prompt é necessária para garantir a aprovação e uso dos modelos (00:28:34).

Análise Jurídica do Habeas Corpus (Liminar e Mérito): A discussão avançou para os cards de Habeas Corpus (HC), abrangendo a análise liminar e a de mérito (00:31:36). Foi ressaltado que, mesmo que a análise tenda ao deferimento, se o usuário clicar em indeferir, a ADA irá gerar a decisão de indeferimento com as devidas razões, reforçando o papel do usuário na decisão (00:32:55).

Análise de Petições Previdenciárias (Primeiro Grau): Um novo card foi apresentado para a análise de petições previdenciárias de primeiro grau, crucial para auxiliar os assessores na verificação de documentos e do início de prova material, dado o grande volume de documentos (00:49:07). A análise da ADA inclui a verificação do requerimento administrativo e a análise do início de prova material conforme os precedentes vinculantes (00:50:20)

(00:52:25).

Sucesso e Limitações dos Cards Previdenciários: Dra. Joelma Nogueira informou que o card de análise de petição previdenciária tem sido muito bem recebido pelos servidores, ajudando-os a identificar informações que antes passavam despercebidas. O card não gera uma minuta, pois os servidores já utilizam modelos prontos, focando apenas em fornecer a análise documental, que é o maior gargalo (00:51:30) (00:53:38).

Previdenciário: Sentença (Idade Rural): O comitê analisou o card de sentença de benefícios previdenciários (Idade Rural), que foi um dos primeiros cards de sentença criados pela ADA. O modelo exige a prova oral e as peças processuais (inicial, contestação, réplica) e fornece uma análise da prova documental e do depoimento, para que o usuário escolha entre procedência ou improcedência, gerando a sentença final (00:54:42) (00:57:16).

Discussão Sobre Sentenças Previdenciárias e Fluxo de Trabalho: Joelma Nogueira relatou que, durante um mutirão, eles produziam cerca de 20 audiências por dia, totalizando 100 por semana, e a maioria delas resultava em sentenças oralizadas. A Ada (IA) gera relatórios e fundamentos, incluindo termos iniciais, prestações atrasadas, DIB, e até multa por não implantação do benefício, o que foi baseado em sentenças de Taracá (00:58:29). Foi mencionado que a IA, às vezes, não separa os parágrafos, um ajuste que o servidor deve fazer manualmente, por exemplo, separando a concessão da tutela da condenação do INSS (00:59:27).

Índices de Cálculo Previdenciário: Louise Santana TJAC expressou dúvidas sobre o índice de cálculo previdenciário, questionando se ainda seria o INPC. Joelma Nogueira confirmou que a correção utiliza o INPC até uma data específica, e depois a Selic, indicando que houve uma mudança (00:59:27). Cloves Ferreira e Zenice Cardozo concordaram que é preferível usar índices específicos em vez de genéricos para evitar problemas na execução e emissão de documentos (01:01:00).

Andamento de Casos Previdenciários: Joelma Nogueira informou que a equipe está priorizando os casos de salário-maternidade e que, para ganhar tempo, eles já estão inserindo este tema no fluxo de trabalho. Eles não priorizaram os casos de "soldado da borracha" devido à baixa demanda, já que esses processos estão acabando. Foi acordado que o processo de trabalho para todos os casos incluirá a análise, verificação, e decisão sobre o caso pela pessoa responsável (01:01:48).

Julgamento de Salário-Maternidade: O caso de salário-maternidade apresentado mostrou que a requerente conseguiu comprovar a condição de segurada e a atividade rural nos 10 meses imediatamente anteriores ao parto, resultando em um julgamento de procedência (01:02:44). Joelma Nogueira mencionou que ainda restam mais três tipos de casos a serem analisados: pensão por morte, deficiente (LOAS) e invalidez (01:03:50).

Análise de Caso de Pensão por Morte: Foi apresentado um caso de pensão por morte mais complexo, onde a união estável foi comprovada por meio de testemunhas, além dos requisitos de óbito e qualidade de segurada do instituidor. A conclusão foi que o caso seria procedente, pois a jurisprudência permite a comprovação da união estável no mesmo processo, sem a necessidade de um processo externo prévio (01:08:34).

Solicitação de Funcionalidade para Produtos da Ada: Zenice Cardozo sugeriu que Salomão desenvolva uma funcionalidade de "personalização" para filtrar os produtos da Ada, permitindo que cada unidade judicial acesse apenas os produtos relevantes para elas, como uma barra de favoritos ou um carrinho. Joelma Nogueira observou que o sistema atual só permite marcar três ou cinco produtos como favoritos, mas considerou a ideia uma boa sugestão a ser discutida com Salomão (01:07:28).

Discussão sobre Consumo de Tokens da Ada: Joelma Nogueira perguntou sobre o consumo financeiro da Ada, que é baseado em tokens consumidos (01:10:58). Luiz Brasil informou que o consumo tem sido mínimo e que eles podem solicitar os dados, mas que Luís Brasil, e não Elson Correia de Oliveira Neto, é quem saberia informar (01:13:19).

Integração da Ada com o Eproc e Questões de Sigilo: Joelma Nogueira e Louise Santana TJAC perguntaram sobre a integração da Ada com o sistema Eproc, e Elson Correia de Oliveira Neto confirmou que Salomão está trabalhando na integração, que é complexa e exigirá o desenvolvimento de uma API com o banco (01:18:14). A principal dificuldade na integração é garantir a segurança dos dados sigilosos. Foi discutido que, para processos de sigilo 3, 4 e 5, seria necessária a anonimização obrigatória antes de jogar os dados para a LLM, prevenindo a exposição de nomes de pessoas e informações sensíveis (01:20:12).

Demonstração da Termação e Casos Inadequados: Joelma Nogueira demonstrou o funcionamento da termação, expressando entusiasmo por evitar o trabalho manual de formatação e escrita (01:14:29). Foi mostrado

um exemplo de caso inadequado (Lei Maria da Penha) que a Ada rejeitou, informando que não era um caso de juizado e orientando a pessoa a ir à delegacia. A ideia é que a termação previna que tópicos que não são do rito sumaríssimo sejam protocolados de forma incorreta (01:17:00).

Qualidade da Termação e Aprovação dos Projetos: A demonstração final de termação de um caso de cobrança mostrou que a Ada consegue contar os fatos de forma coesa, fundamentar com código de direito e listar os pedidos, embora alguns ajustes nos pedidos ainda sejam necessários (01:21:57). Zenice Cardozo **confirmou que todos os projetos apresentados foram aprovados pela comissão/comitê** (01:23:31).

Providências

1. Joelma Nogueira irá conversar com Salomão sobre a possibilidade de permitir que a ADA analise a prova diretamente pelo áudio.
2. Joelma Nogueira irá verificar o problema onde a ADA não leu um documento, o que levou a ela a pedir para emendar a inicial mandando juntar um documento que já estava no processo, e irá passar o documento para Salomão analisar.
3. Joelma Nogueira irá fazer uma revisão de todos os cards para incluir a opção de decisão do usuário (deferimento/indeferimento) onde estiver ausente.
4. Louise Santana TJAC irá pedir para alguém cadastrar o processo recebido por malote da Justiça Federal e solicitar o e-mail do portal do acolhimento para fazer a distribuição por sorteio.
5. Zenice Cardozo e Louise Santana TJAC irão agendar uma reunião com Cloves Ferreira para sustentar oralmente a reversão da obrigatoriedade do malote.
6. Luiz Brasil solicitará os dados de consumo financeiro da ADA.
7. O grupo conversará com Salomão sobre a ideia de personalizar a exibição dos produtos da ADA, permitindo a seleção dos itens de interesse para a unidade.

Encerramento: Não havendo mais nada a tratar, a Doutora Zenice Cardozo agradeceu a presença dos participantes e deu por encerrada a reunião, cuja ata segue lavrada pela Assessora da Presidência e Secretária "*ad hoc*" do Comitê ADA, Adalcilene Pinheiro Araripe, e pela Drª Zenice Cardozo, que conduziu os trabalhos. [1]

Drª Zenice Mota Cardozo
Juíza Auxiliar da Presidência
Coordenadora do Comitê de Governança da ADA
Data e assinatura eletrônicas

Adalcilene Pinheiro Araripe
Assessora da Presidência
Data e assinatura eletrônicas

[1] **Ata assinada digitalmente pelo presidente dos trabalhos e secretário. Aplicação análoga do caput do artigo 25 da Resolução-CNJ nº 185, de 18/12/2013 que Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.*

Documento assinado eletronicamente por **Zenice Mota Cardozo**, **Juiz(a) Auxiliar da Presidência**, em 09/03/2026, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Adalcilene Pinheiro Araripe**, **Assessora**, em 10/03/2026, às 12:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjac.jus.br/verifica informando o código verificador **2344860** e o código CRC **8B1228D8**.